



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XIII — N.º 40

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 18 DE ABRIL DE 1958

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais

SESSÕES CONJUNTAS PARA APRECIÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS (CONVOCADAS EM 21 DE MARÇO DE 1958)

Dia 22 de abril:

5 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.620, de 1957, na Câmara dos Deputados, e n.º 142, de 1957, no Senado) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício de 1958.

Dia 24 de abril:

6 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 1.546, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 50, de 1957, no Senado) que cria, no Ministério da Educação e Cultura, o Quadro Especial do Instituto de Belas Artes do Rio Grande do Sul.

Dia 29 de abril:

7 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 2.158, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 233, de 1957, no Senado) que dispõe sobre a emissão de letras e obrigações do Tesouro Nacional e dá outras providências.

Dia 6 de maio:

8 — Veto ao Projeto de Lei (n.º 382, de 1955, na Câmara dos Deputados, e n.º 293, de 1956, no Senado) que dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no País e sobre a abolição do registro policial de estrangeiro.

Convocação de sessão conjunta para apreciação de "veto"

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º da Constituição Federal e do art. 45 do Regimento Comum convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessão conjunta a realizar-se no dia 8 de maio próximo, às 21 horas, no edifício da Câmara dos Deputados, conhecerem do veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 1.875, de 1956, na Câmara dos Deputados, e n.º 25, de 1958 no Senado Federal) que efetiva nos postos de graduação e agrega aos respectivos quadros os oficiais graduados da ativa das Forças Armadas do Corpo de Bombeiros e da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências.

Senado Federal, em 15 de abril de 1958.

Senador Apolônio Sales

Vice-Presidente, no exercício da Presidência

SENADO FEDERAL

Mesa

Presidente — João Goulart (Vice-Presidente da República).

Vice-Presidente — Senador Apolônio Sales.

1.º Secretário — Senador Cunha Mello.

2.º Secretário — Senador Freitas Cavalcanti.

3.º Secretário — Senador Victorino Freire.

4.º Secretário — Senador Domingos Vellasco.

1.º Suplente — Senador Mathias Olympio.

2.º Suplente — Senador Prisco dos Santos.

Líderes e Vice-Líderes Da Maioria

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líderes:

Gaspar Veloso.

Lima Guimarães.

Gilberto Marinho.

Da Minoria

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

Dos Partidos

DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO

Líder: Filinto Müller.

Vice-Líder: Lameira Bittencourt.

DO PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Lima Guimarães.

Vice-Líderes:

Mourão Vieira.

Saulo Ramos.

DA UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL

Líder: João Villasboas.

Vice-Líder: Rui Palmeira.

DO PARTIDO REPUBLICANO

Líder: Atílio Vivacqua.

DO PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Líder: Kerginaldo Cavalcanti.

Vice-Líder: Lino de Matos.

DO PARTIDO LIBERTADOR

Líder: Novaes Filho.

Comissão Diretora

Apolônio Sales — Presidente.

Cunha Mello.

Freitas Cavalcanti.

Victorino Freire.

Domingos Vellasco.

Mathias Olympio.

Prisco dos Santos.

Secretário, Luiz Nabuco (Diretor Geral da Secretaria).

Comissão de Constituição e Justiça

Lourival Fontes — Presidente.

Daniel Krieger — Vice-Presidente.

Gilberto Marinho.

Benedito Valadares.

Gaspar Veloso.

Rui Carneiro.

Argemiro de Figueiredo.

Lima Guimarães.

Rui Palmeira.

Atílio Vivacqua.

Lineu Prestes.

Secretário: Odeneguz Gonçalves

Leite.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10,30

horas.

Comissão de Economia

Carlos Lindenberg — Presidente.

Fernandes Távora — Vice-Presidente.

Alô Guimarães.

Leônidas Melo.

Lima Teixeira.

Alencastro Guimarães.

Argemiro de Figueiredo.

Juracy Magalhães.

Lineu Prestes.

Secretário: Ily Rodrigues Alves.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

Comissão de Educação e Cultura

Mourão Vieira — Presidente. (1)

Públio de Mello — Vice-Presidente.

Nelson Firmo.

Saulo Ramos.

Ezequias da Rocha.

Reginaldo Fernandes. (2)

Mem de Sá.

(1) Substituído temporariamente pelo Sr. Neves da Rocha.

(2) Substituído temporariamente pelo Sr. Octacílio Jurema.

Secretaria: Diva Gallotti.

Reuniões: Sextas-feiras, às 15,30 horas.

Comissão de Finanças

Alvaro Adolpho — Presidente.

Vivaldo Lima — Vice-Presidente.

Lameira Bittencourt.

Ary Vianua.

Onofre Gomes.

Paulo Fernandes.

Carlos Lindenberg.

Mathias Olympio.

Lima Guimarães.

Fausto Cabral.

Daniel Krieger.

Juracy Magalhães.

Júlio Leite.

Othon Mäder.

Lino de Mattos.

Novaes Filho.

Auro Moura Andrade.

Suplentes:

Gaspar Veloso.

Octacílio Jurema.

Mourão Vieira.

Atílio Vivacqua.

Lineu Prestes.

Mem de Sá.

Secretário: Renato de Almeida Chcrmont.

Reuniões: Sextas-feiras, às 10 e 30 horas.

Comissão de Redação

- 1 — Ezechias da Rocha — Presidente.
 - 2 — Sebastião Archer — Vice-Presidente.
 - 3 — Púlio de Mello.
 - 4 — Ruy Palmeira.
 - 5 — Saulo Ramos (*).
- (*) Substituído, interinamente, pelo Senador Argemiro de Figueiredo.
- Secretária — Cecília de Rezende Martins.
- Reuniões — Terças-feiras às 15 horas.

Comissão de Relações Exteriores

- João Villasboas — Presidente.
- Bernardes Filho — Vice-Presidente.
- Georgino Avelino.
- Gilberto Marinho.
- Benedito Valadares.
- Lourival Fontes.
- Gomes de Oliveira.
- Rui Palmeira.
- Moura Andrade.
- Secretário: J. B. Castejon Branco.
- Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Saúde Pública

- Reginado Fernandes — Presidente.
- (1)
- Alô Guimarães — Vice-Presidente.
- Pedro Ludovico.
- Vivaldo Lima.
- Ezechias da Rocha.
- (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Sylvio Curvo.
- Secretária: Diva Gallotti.
- Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Legislação Social

- Lima Teixeira — Presidente.
- Rui Carneiro — Vice-Presidente.
- Lameira Bittencourt.
- Waldemar Santos.
- Prímio Beck.
- Arlindo Rodrigues.
- Otacílio Jurama.
- Sylvio Curvo.
- Secretário: Pedro de Carvalho Müller.
- Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas.

Comissão de Segurança Nacional

- Onofre Gomes — Presidente.
- Caído de Castro — Vice-Presidente.
- Pedro Ludovico.
- Sa Tinoco.
- Alencastro Guimarães.
- Sylvio Curvo.
- Jorge Maynard.
- Secretária: Romilda Duarte.
- Reuniões: Quintas-feiras, às 15 horas.

Comissão de Serviço Público Civil

- Prisco dos Santos — Presidente.
- Gilberto Marinho — Vice-Presidente.
- Ary Vianna.
- Nelson Firmo.
- Caído de Castro.
- Néves da Rocha.
- Mem de Sá.
- Secretária: Ily Rodrigues Alves.
- Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

De Transportes, Comunicações e Obras Públicas

- Jorge Maynard — Presidente.
- Néves da Rocha — Vice-Presidente.
- Waldemar Santos.
- Coimbra Bueno.
- Novalis Filho.
- Secretária: Maria Cherubina Costa.
- Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO FERREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVES

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MAURO MONTEIRO

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL**SEÇÃO II**

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS**REPARTIÇÕES E PARTICULARES**

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	50,00
Ano	Cr\$	96,00
Exterior		
Ano	Cr\$	136,00

FUNCIONÁRIOS

Capital e Interior		
Semestre	Cr\$	29,00
Ano	Cr\$	76,00
Exterior		
Ano	Cr\$	108,00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0,10 e, por exercício decorrido, cobrar-se-ão mais Cr\$ 0,50.

Comissões Especiais
De Revisão do Código de Processo Civil

- João Villasboas — Presidente.
- Georgino Avelino — Vice-Presidente.
- Atílio Vivacqua — Relator.
- Felinto Müller.
- Secretário: José da Silva Lisboa.
- Reuniões: Quartas-feiras.

Comissão Especial incumbida de elaborar os Projetos do Código Eleitoral e do Código Partidário.

- João Villasboas — Presidente.
- Mem de Sá — Vice-Presidente.
- Gaspar Velloso — Relator do Projeto do Código Eleitoral.
- Gomes de Oliveira — Relator do Projeto do Código Partidário.
- Lameira Bittencourt.
- Francisco Arruda — Secretário.

De Mudança da Capital

- Coimbra Bueno — Presidente.
- Paulo Fernandes — Vice-Presidente.
- Atílio Vivacqua — Relator.
- Alberto Pasqualini. (1)
- Lino de Mattos.
- (1) Substituído temporariamente pelo Sr. Prímio Beck.

Reuniões — Quintas-feiras.
Secretário — Sebastião Veiga.
Consolidação das Leis do Trabalho.

- Senadores**
- Lima Teixeira — Presidente.
- Ruy Carneiro.
- Argemiro de Figueiredo.
- Kerginaldo Cavalcanti.
- Othon Mäder.
- Júlio Leite.

- Ernani Sátiro — Vice-Presidente.
- Aarão Steinbruch — Relator Geral.
- Tarso Dutra.
- Jefferson Aguiar.
- Cunha Mello — Presidente.
- Moura Fernandes.
- Licurgo Leite.
- Silvio Sanson.
- Lourival de Almeida.
- Raimundo Brito.

Comissão de Reforma Constitucional para emitir parecer sobre Projeto de Reforma Constitucional n. 1, de 1956, que altera a Emenda Constitucional n. 2.

- Atílio Vivacqua — Presidente.
- Lima Guimarães — Vice-Presidente.
- Gilberto Marinho.
- Ruy Carneiro.
- Saulo Ramos.
- Gaspar Velloso.
- Lourival Fontes.
- Caído de Castro.
- Argemiro de Figueiredo.
- Alvaro Adolpho.
- Alô Guimarães.
- Mem de Sá.
- João Villasboas.
- Daniel Krieger.
- Sa Tinoco.
- Lino de Mattos.

Comissão Mista de Reforma Administrativa

- Horácio Lacer — Presidente.
- Gomes de Oliveira — Vice-Presidente.
- Gustavo Capanema — Relator.
- Afonso Arnos — Relator.
- Blac Pinto.
- Batista Ramos.
- Arnaldo Cerdeira.

Felinto Müller.

Ary Vianna.

Cunha Mello.

Coimbra Bueno.

Juracy Magalhães.

Bernardes Filho.

Secretários: Lazary Guedes e J. da Silva Lisboa.

Atas das Comissões

Comissão Mista, designada para relatar o veto aposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei n.º 2.620, de 1957, na Câmara dos Deputados e n.º 142, de 1957, no Senado Federal, que trata a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958.

1.ª REUNIÃO, REALIZADA EM DE ABRIL DE 1958 (Instalação)

Aos dezesseis dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e oito, às quinze horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes: Srs. Senadores Julio Leite, Lúcio Guimarães e Lameira Bittencourt e os Srs. Deputados Raimundo Padilha e Leite Neto, reuniu-se esta Comissão Mista, designada para relatar o veto aposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei n.º 2.620, de 1957 na Câmara dos Deputados e n.º 142, de 1957, no Senado Federal, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958.

Deixa de comparecer, com causa justificada, o Sr. Deputado Souto Maior.

Na forma do Regimento Comum assume a Presidência o Sr. Julio Leite que, após declarar instalada a Comissão e a finalidade da reunião, procede à eleição dos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

Colhidos os votos, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Julio Leite 4 votos

Lima Guimarães 1 voto

Para Vice-Presidente:

Raimundo Padilha 4 votos

Leite Neto 1 voto

O Sr. Presidente agradece a seu pares a sua escolha para Presidente da Comissão, designando em seguida o Sr. Lima Guimarães para relatar o veto presidencial.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, Raimundo de Almeida Chermont, Secretário, lavro a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Comissão Mista, designada para relatar o veto aposto pelo Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei n.º 2.620, de 1957, na Câmara dos Deputados e 142, de 1957, no Senado Federal, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958.

2.ª REUNIÃO, REALIZADA EM DE ABRIL DE 1958

Aos dezesseis dias do mês de abril de mil novecentos e cinquenta e oito, às quinze horas, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Srs. Senadores Julio Leite, Lúcio Guimarães e Lameira Bittencourt e os Srs. Deputados Raimundo Padilha e Leite Neto, reuniu-se esta Comissão, designada para relatar o veto do Sr. Presidente da República ao Projeto de Lei n.º 2.620, de 1957, na Câmara dos Deputados e n.º 142, de 1957, no Senado Federal, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958.

Deixa de comparecer com causa justificada o Sr. Deputado Souto Maior.

É lida e aprovada, sem alterações, a Ata da reunião anterior.

O Sr. Presidente, concede a palavra ao Sr. Lima Guimarães, Relator do veto, que apresenta seu relatório expositivo do histórico do Projeto vetado, bem como da tempestividade

e das razões oferecidas pelo Sr. Presidente da República.

Encerrada a reunião, o Sr. Presidente agradece a presença dos membros da Comissão e, em particular, o trabalho do relator.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, da qual eu, Renato de Almeida Chermont, Secretário, lavro a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

Relatório n. 3, de 1958

Da Comissão Mista incumbida do relator o Veto Presidencial (parcial) ao Projeto de Lei da Câmara n.º 2.620, de 1957, (n.º 142, de 1957, do Senado Federal), que estima a receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958.

Relator: Sr. Lima Guimarães.

Ao sancionar o Projeto de Lei número 21.620 de 1957, da Câmara dos Deputados (n.º 142, de 1957, do Senado Federal), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1958, transformado na Lei n.º 3.327-A, de 3 de dezembro de 1957, resolveu o Sr. Presidente da República vetar, e o fez em tempo útil, o art. 9.º do mesmo, usando da atribuição que lhe conferem os arts. 70, § 1.º, e 87, II, da Constituição.

DISPOSIÇÕES VETADAS

O art. 9.º, vetado, dispõe:

"Para a recuperação do equilíbrio entre a Receita e a Despesa orçada, poderá, ainda, o Poder Executivo elaborar, publicando no Diário Oficial, até o dia 15 de fevereiro de 1958, um programa de economia de despesas que não atinja as dotações relativas a auxílios e subvenções, prosseguimento e conclusão de obras e as decorrentes de dispositivos constitucionais, legais ou relativos a convênios."

Essa disposição resultou da emenda n.º 7 do Senado, onde foi oferecida, sob o n.º 9, pelo ilustre Senador Ary Vianna, quando da discussão única do projeto em referência.

Opinando a respeito, em nome da Comissão de Finanças, assim se manifestou, em plenário, o eminente Senador Gaspar Velloso, relator da matéria:

"Sr. Presidente, a emenda apresentada pelo nobre Senador Ary Vianna é resultante de acordo entre a Maioria e a Minoria, na Câmara dos Deputados e nesta Casa do Congresso; e pretende substituir a Emenda n.º 7, de autoria do ilustre Senador Daniel Krieger. Consultei particularmente o eminente autor da Emenda n.º 7, que está de pleno acordo com a substituição de sua emenda pela de n.º 9, de autoria do nobre Senador Ary Vianna. Da mesma forma, consultei todos os membros da Comissão de Finanças que, por unanimidade, emitiram parecer favorável à emenda substitutiva."

Na Câmara dos Deputados, a emenda mereceu parecer favorável de sua Comissão de Orçamento e Fiscalização Financeira, sendo aprovada, sem debates, no plenário.

RAZÕES DO VETO

O veto presidencial se fundamenta nas seguintes razões:

a) de acordo com a Constituição (art. 73, § 2.º), o orçamento da despesa se divide em duas partes: uma fixa que não poderá ser alterada senão em virtude de lei anterior; outra variável que obedecerá a rigrosa especialização;

b) a parte fixa compreende as despesas obrigatórias que não podem ser objeto de nenhum plano de economias;

c) as despesas variáveis, entretanto, sujeitas somente a rigorosa especialização, dependem do arbítrio da

autoridade administrativa, não incidindo sobre elas outros compromissos senão os resultantes de empenhos que, à sua conta, criaram obrigação de pagamento, tanto que o caráter autorizativo da Lei Orçamentária evidencia a faculdade do Poder Executivo realizá-las ou não;

d) qualquer limitação a essa faculdade seria, não só intempestiva, senão colidente com a norma constitucional.

Com esta exposição, formulada nos termos do art. 34 do Regimento Comum, cremos ter esclarecido o assunto, para o julgamento do Congresso.

Senado Federal, 11 de abril de 1958.
— *Julio Leite, Presidente.* — *Lima Guimarães, Relator.* — *Raymundo Padilha.* — *Leite Neto.* — *Lameiro Bittencourt.*

ATA DA 19.ª SESSÃO DA 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 17 DE ABRIL DE 1958

PRESIDÊNCIA DO SR. APOLÔNIO SALLES E CUNHA MELLO

As 14 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Vivado Lima. — *Cunha Mello.* — *Prisco dos Santos.* — *Alvaro Adolpho.* — *Lameira Bittencourt.* — *Sebastião Archer.* — *Victorino Freire.* — *Waldemar Santos.* — *Mathias Olympio.* — *Leônidas Mello.* — *Orofre Gomes.* — *Fausto Cabral.* — *Fernandes Távora.* — *Georgino Avelino.* — *Octacílio Jurema.* — *Argemiro de Figueiredo.* — *Apolônio Salles.* — *Novais Filho.* — *Nelson Firmo.* — *Ezequias da Rocha.* — *Freitas Cavalcanti.* — *Rui Palmeira.* — *Julio Leite.* — *Jorge Maynard.* — *Lourival Fontes.* — *Neves da Rocha.* — *Juracy Magalhães.* — *Lima Teixeira.* — *Carlos Linderberg.* — *Atílio Vivacqua.* — *Ary Vianna.* — *Sá Tinoco.* — *Paulo Fernandes.* — *Arlindo Rodrigues.* — *Alencastro Guimarães.* — *Caetano de Castro.* — *Gilberto Marinho.* — *Bernardes Filho.* — *Benedicto Valladares.* — *Lima Guimarães.* — *Lineu Prestes.* — *Lino de Mattos.* — *Moura Andrade.* — *Domingos Vellasco.* — *Coimbra Bueno.* — *Sylvio Curvo.* — *João Villasboas.* — *Gaspar Velloso.* — *Gomes de Oliveira.* — *Nercu Santos.* — *Saulo Ramos.* — *Men de Sá.* — (59).

O SR. PRESIDENTE:

A lista de presença acusa o comparecimento de 52 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão.

Vai ser lida a ata.

O Sr. 2.º Suplente, servindo de 2.º Secretário, procede à leitura da ata da sessão anterior, que posta em discussão, é sem debate aprovada.

O Sr. 1.º Secretário dá conta do seguinte

Expediente

Ofício do Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, agradecendo a comunicação da constituição da nova Mesa do Senado.

O SR. PRESIDENTE:

Está finda a leitura do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Lourival Fontes, primeiro orador inscrito.

O SR. LOURIVAL FONTES:

(Lê o seguinte discurso). Sr. Presidente, o aumento das populações era quase um axioma científico. As taxas de crescimento obedeciam a uma regularidade matemática e talvez mesmo a um dado das ciências exatas. Não era um problema dos sociólogos, nem um desafio à análise, nem uma interrogação apavorante à ciência experimental.

As populações podiam crescer na ordem da produção. A técnica e a

máquina criaram uma idade industrial e posteriormente uma luta de classes marcada pela injustiça, intolerância e obscurantismo.

As massas proletárias, organizadas na universalização do voto, ou entronchadas nos sindicatos de agitação e agressão, ou impondo a força resolutive das greves, varreram as cidades do egoísmo com o peso do número e da quantidade.

Não há monopólios que não tenham sido atingidos, nem privilégios sem ser feridos, nem supremacias que não tenham sido abaladas. As causas e os direitos do povo venceram o risco o medo e as perseguições. Não há governo, por mais atrasado e reacionário, desde os conservadores até os ditatoriais, desde os oriundos do voto até os tiranetes feudais, que não arvora a justiça social como o mais equitativo e progressista dos sistemas políticos. Mas ao problema, e principalmente nos países subdesenvolvidos e insuficientemente industrializados, veio juntar-se o mais agudo, o mais perigoso, o mais desafiador que é o do uso e da posse da terra. As nações que depois da última guerra se emanciparam no advento da liberdade ou as que estão tentando a independência no mundo despertada da Ásia e da África, erigiram a ideia dum nacionalismo positivo contra as intervenções e opressões coloniais. Mas entre os problemas internos e domésticos sobleva a todos o da reforma agrária. E em favor de dividir a riqueza e não nivelar a pobreza. Não só se enobreceram politicamente como se engrandeceram territorialmente. Mas é preciso que não haja mais os senhores da guerra e da terra. Não é uma luta de populações rurais ocupando quase 50% da exuberante demografia contra um imperialismo que se despediu ou um capitalismo ainda informe. É uma luta entre as margens de subsistência e as ironias da sobrevivência.

É a estabilidade para as nações jovens ansiosas de poder, é a segurança para as nações antigas despojadas de paz, é acima de tudo para os que resistirem, lutarem e vencerem um sinal de liberdade.

Mas a rápida multiplicação da espécie humana, especialmente nas áreas subdesenvolvidas, é tão opressora e sem precedentes que os cientistas classificam de explosão das populações. A população mundial é estimada no ano 2.000 em cerca de seis bilhões de habitantes. O seu número duplicará dentro de quarenta anos. Nós somos hoje o dobro do que eramos há setenta anos passados. A taxa de crescimento, a partir de 1850, aumentou por décadas de 6 a 17%. De 6% até 1900, de 7% até 1930, de 10% até 1950. Na presente década o aumento é de 17%. O aumento calculado de mais de 70 milhões anualmente acresce ao globo uma população maior do que qualquer nação europeia ou americana excetuados a Rússia e os Estados Unidos. Na presente década, cerca de 800 milhões, acrescentaremos ao mundo mais do que uma nova China ou três vezes o império soviético. A Europa, em um século, quadruplicou a sua população, e os Estados Unidos multiplicaram dez vezes os seus habitantes. O progresso técnico e as operações econômicas não acompanharam o desenvolvimento das populações. Nenhum Estado pode existir ou evoluir dentro das próprias fronteiras geográficas ou da auto-suficiência territorial, mas como parte integrante ou interdependente duma organização ou comunidade internacional. As linhas de fronteiras sobre o mapa nada produzem de substancial defesa contra armas e recursos sem um sistema de cooperação internacional. A combinação de materiais, a troca de bens e serviços e o acesso de recursos econômicos modificaram o senso de soberania. Nem os remanescentes primitivos e aborígenes estão podendo viver com os recursos limitados entre

as suas fronteiras. Mais boas a alimentar, mais famílias a proteger, mais necessidades a enfrentar estão criando pressões e insuficiências que acabam em explosão.

Se crescemos indefinidamente, se não há meios de paralisar essa multiplicação explosiva, se não há exemplo nem antecipação da história dessa corrida contra o tempo, contaremos no fim desse século com 6 bilhões de habitantes, 13 bilhões na primeira metade do próximo século. Não esperamos que intervenha uma catástrofe, ou que se soltem de novo os cavalheiros bíblicos do Apocalipse, ou que o incêndio, a inundação ou a peste devorem o solo e dizimem as populações, ou que o lunatismo das armas atômicas reduzam o mundo ao silêncio dos primeiros dias da criação. A taxa de crescimento não declinará ou recuará em simples níveis de substituição. Ao contrário, em cada dez anos multiplica-se a percentagem de população. Não sabemos que papel tudo isso representa na história dos destinos humanos. Não sabemos o que representam essas novas hordas adiantadas à terra. Nem sabemos se a terra tem condições, recursos e meios para uma partilha com esses novos totais, e com esses novos adicionais de bilhões humanos.

No período 1951-55, a média de crescimento na América do Sul, na Ásia e na Oceania, atingiu a 2,4 enquanto na Europa não alcançou 1%. A estimativa de aumento nesse período foi consideravelmente mais alta do que a média entre 1920 e 1950. A densidade de população mundial era de 19 habitantes por quilômetros quadrado. Mas ainda nesse quadro nos temos as chocantes diferenças da Europa com 83 habitantes, da Ásia com 54 e a Oceania apenas com um habitante. Mas a que somas ou a que declínios podemos atribuir essa aceleração do crescimento mundial? Sem nenhuma dúvida a um crescimento progressivo dos níveis de fertilidade. Mas principalmente à coincidência de um considerável declínio dos níveis de mortalidade.

No censo mundial há os países de alta fertilidade e mortalidade. Nesta área estão incluídas certas regiões da África e da Ásia. O crescimento da população é moderado de 1 a 2% anuais. Na categoria da alta fertilidade e baixa mortalidade poderemos contar muitos países da Ásia e América do Sul. O resultado é um crescimento acelerado da população de quase 3% anuais.

Mas há também os países de baixa fertilidade e mortalidade. O nascimento é de dez a mortalidade de 15 por mil. Nessa categoria estão incluídos a Europa, os Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Sul da África, Japão e Argentina. A sua população ascende moderadamente entre 1/2 e 1%.

Na primeira categoria há uma larga proporção de crianças na segunda uma moderada participação infantil e na terceira uma pequena proporção ao lado de pessoas acima de cinquenta anos de idade. Mas é a terceira categoria dos países industrializados ou suficientemente desenvolvidos enquanto as outras duas atingem aos países atrasados ou subdesenvolvidos. A média anual dos nascimentos sobre mortes alarga-se cada dia mais e os países subdesenvolvidos estão excedendo mais de 3% anuais que era até agora uma média desconhecida e portanto excepcional.

Os povos dos países subdesenvolvidos estão vivendo mais sem que os níveis de vida tenham subido na mesma extensão. Não há dúvida de que os métodos de controle, cuidados médicos, higiene educacional reduzem as taxas da mortalidade. Mas a aceleração das populações está requerendo a expansão e produção em bens e serviços num rápido processo.

Para atingir a satisfatória nível de vida o problema econômico tem

de ser transformado em problema de desenvolvimento social.

A pressão das populações cria os problemas da densidade agrícola nos países subdesenvolvidos e se reflete sobre o sistema feudal da propriedade ou a falta de capital e técnica. A disseminação da população e em consequência a distribuição da renda anual per capita criaram o problema da redução da capital e dos investimentos e mesmo uma estreita margem sobre as necessidades de subsistência. No caso dos países subdesenvolvidos não há progresso econômico nem meios de desenvolvimento dos seus recursos humanos e naturais. Nasceram países da Ásia, África e América Latina a percentagem de menores a 15 anos sobre a população adulta tem um índice de mais de 40% enquanto nos países industrializados esta diferença não atinge a 20%. A necessidade de prover a educação e mais a manutenção de uma vida economicamente inativa criam para as massas trabalhadoras um pesado fardo da dependência. O número de crianças dependentes em sua população, como é o caso do Brasil exemplifica a margem superior de inativos sobre o conjunto das realizações econômicas. No Brasil com uma taxa anual de crescimento da série de 3%, teremos de duplicar as oportunidades de emprego. A esses países subdesenvolvidos programas de desenvolvimento com os serviços sociais de habitação, emprego, facilidades e educacionais.

A magnitude do excesso de populações é uma ameaça perigosa. É o problema que enfrenta os países subdesenvolvidos e não sabemos em que programas de desenvolvimento ou em que decisões de política buscarão a solução. É mais uma prova de que um problema.

O tributo da inflação demográfica e da aceleração numérica não está ocorrendo, como no passado recente sobre as nações mais favorecidas e expansivas, conquistadoras de mercados e exportadoras de capitais.

Em decréscimo ou estagnadas nos níveis de crescimento não poderiam padecer os efeitos da explosão populacional. Na frente da maratona estão os países mais pobres e menos desenvolvidos mais atrasados e mais anacrônicos, onde as exclusivas atividades agrárias e pastorais remontando aos tempos bíblicos atingem ao nívelamento da miséria.

Nessas regiões marginais, onde a pobreza é mais intensa, nessas confluências áridas, onde os meios e recursos não vencem a parcimônia dos céus ou as hostilidades da natureza, é sobre elas que recai a multiplicação populacional. Muitos países dobrarão em vinte anos o número dos seus habitantes. O México terá em 1980 uma população de 60 milhões, como o Brasil em 1960 quase 70 milhões. Nos aumentamos, numa década cerca de 27% que é a maior cifra observada nos índices de crescimento mundial. As estimativas demográficas colocam a América Latina no primeiro lugar das estatísticas populacionais.

Em segundo lugar, numa linha de aproximação, surgem os países da Oceania, África e Ásia. Mais abaixo, os Estados Unidos e Canadá, e menos ainda a Europa Ocidental e Central.

Os países latino-americanos estão multiplicando a sua população numa rapidez de mais de quatro vezes e os da Ásia numa corrida de mais de três vezes em relação aos povos europeus. Celão na Ásia, Paraguai na América, Síria no Oriente Próximo, quase todos os países africanos, asiáticos ou latino-americanos, duplicarão as suas populações em vinte anos. Muita mais abaixo dessa média populacional estão os velhos países industriais e atingindo apenas a metade as nações ricas e poderosas, como os Estados Unidos, a União Soviética e o Canadá. É um fato estranho e revolucionário a desafiar soluções. Os países menos aptos a suportar

esses adicionais numéricos e no mais primitivo estágio econômico estão lutando contra a depressão e o declínio. Não esperemos uma catástrofe ou que a taxa de crescimento se reduza a níveis de substituição, ou que a aceleração seja paralisada por fenômenos imprevisíveis. A terra redobrará os seus habitantes no começo do próximo século e é essa uma tremenda interrogação nos destinos humanos.

A campanha miraculosa contra a morte consequente do esforço internacional ou de melhores organizações da saúde e higiene resultou em tremendo sucesso nos países subdesenvolvidos. A aplicação de inseticidas e antibióticos eliminou a existência de moléstias seculares. A sífilis, a malária, e mal do povo, na África, a doença dos olhos no Egito, a varíola e as febres malsãs estão sendo varridas uma depois da outra. A imunidade contra as moscas e as novas técnicas de tratamento estão fazendo desaparecer as infecções e endemias. Os auspícios internacionais, os programas de saúde, a ajuda de pessoal técnico e os descobrimentos adicionais de meios de tratamento, além dos planos e fundos de organismos mundiais, estão reduzindo a um baixo custo individual e a mais barata das profilaxias a proteção e a cura das enfermidades endêmicas ou infecciosas. As nações mais avançadas, em fundos e técnica, estão realizando a tarefa humana em face dos países menos desenvolvidos economicamente.

O Sr. Bernardes Filho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LOURIVAL FONTES — Pois não.

O Sr. Bernardes Filho — O discurso de V. Ex.^a é muito interessante, sobretudo pelo lado instrutivo. Ocorre-me, porém, que deveria ser preocupação dos governos, sobretudo de nação como o Brasil, de cultura ainda insignificante, abandonar — não digo por completo — o ensino puramente acadêmico e enfrentar objetivamente o ensino tecnológico. A instrução técnica, num mundo eminentemente técnico como este em que vivemos, é de resultados e efeitos mais práticos e objetivos. Sabe V. Ex.^a que não fosse o progresso e o desenvolvimento da técnica, que permitiram o descobrimento dessa série de medicamentos para combater moléstias que, antes, dizimavam populações, estaríamos, nesta hora, à mercê ainda de males desconhecidos. Um dos problemas, pois, que, a meu ver, país como o Brasil deve examinar com muita objetividade, é o do ensino técnico, ministrado através de cursos rápidos, esboçados do espírito acadêmico que vem caracterizando o ensino pátrio. É fora de dúvida, de quanto tenho lido a respeito, que de parte das autoridades, especialmente do Sr. Ministro da Educação, há esse propósito. É preciso, contudo, que não fiquemos no propósito.

Esse um dos aspectos da vida social que urge enfrentar, para que a mocidade do futuro encontre condições para encarar a vida prática com a realidade dos nossos dias. Era o aparte que desejava dar V. Ex.^a

O SR. LOURIVAL FONTES — Agradeço o aparte de V. Ex.^a Os países subdesenvolvidos precisam de técnicos e ajuda científica; mas, até hoje, todos os planos internacionais não lhes dão nem técnicas nem ajuda científica, e quando o fazem é numa proporção infinitesimal. Os países subdesenvolvidos têm, hoje, alianças de ensino à base de armamentos e de solidariedade militar. Os gastos de armamentos em todos os países subdesenvolvidos e, portanto, necessários, vão a quase cento por cento da soma do ensino.

O Sr. Bernardes Filho — Não sei se V. Ex.^a compreendeu bem meu aparte que foi um pouco extenso.

O SR. LOURIVAL FONTES — Compreendi bem.

O Sr. Bernardes Filho — Vou particularizar ainda mais: País como o nosso em que uma percentagem da Renda, é obrigatoriamente destinada ao ensino, evidentemente grande parte dessa parcela deve ser aplicada na criação de institutos técnicos que possam formar, em menor tempo, a nossa mocidade para a luta da vida.

O SR. LOURIVAL FONTES — Dentro de poucos minutos chegarei à própria posição do Brasil. (Lendo). A redução da mortalidade, porém, não corresponde ao declínio da natalidade. Nada podia ser feito contra a alta fertilidade. Nada podia ser feito contra a excessiva reprodução. Nada podia ser feito contra uma espartosa fecundidade. Os países subdesenvolvidos, sem nenhuma elevação dos níveis de vida e sem nenhum aumento da renda individual, são mais prolíficos e expansivos do que as nações ricas e industrializadas. A taxa de aumento populacional é duas a três vezes mais alta que nos países economicamente prósperos. As nações ricas ajudam as nações fráguas a libertar-se de endemias e infecções. A terrível redução da mortalidade corre em seu favor e é um dano inegável de técnica e aplicação científica. Mas nada fizeram ou nada estão ajudando a fazer em relação ao seu desenvolvimento e ao seu futuro econômico. O fato desse espetacular crescimento está criando o problema da pobreza. Não há nesses países atrasados e agrários senão a baixa dos níveis de vida. Não há, em nenhum sítio o decréscimo da renda individual. Nada existe que signifique produção ou expansão. Há em todos eles uma crise de alimentos de subsistência que vai preparando os desertos de fome. Nada se adiantou ao trabalho humano para criar prosperidade. Nada se acrescentou ao trabalho material em maquinaria, combustíveis ou força hidráulica. Nega-se uma represa no Egito para não concorrer contra as fibras do algodão americano. Nega-se uma usina na Índia com o fim de arrancar o monopólio dos minerais atômicos. Nega-se em toda parte o petróleo desde que arvore o privilégio estatal. Não há nenhuma assistência para as tarefas de desenvolvimento econômico. A política internacional espalha dinheiro, bombas e bases para fins militares. Atrás das cortinas ressurge uma forma perversa de imperialismo ou colonialismo porque nunca foram tão grandes a sujeição econômica e a servidão militar. Uma neutralidade positiva, ou uma ajuda sem condições, ou um esquema desinteressado de desenvolvimento material, escapa aos polos da conduta política. Se a população cresce nos países agrários 3 a 4% ao ano, é natural que as economias marchem à frente. Mas o que se vê é o que os recursos estão abaixo do consumo. A pobreza é mais numerosa nos dias atuais do que há um século passado. Os padrões de vida estão declinando, ou não se elevando o progresso econômico detido, a renda per capita visivelmente diminuindo, eis as condições que afetam a mais de dois terços da população mundial. A queda da mortalidade teve um efeito sobre o excedente de população. É o crescimento desproporcionado da juventude em relação aos adultos, ou grupos economicamente ativos. Os humanos abaixo de 20 anos representam 52% da população, enquanto nos países ocidentais giram na casa dos 30%. As ondas de jovens não encontram saída entre a avandlância de população e o progresso econômico. Não encontram trabalho e a calamidade ensina outros meios e remédios. E nesses países, empobrecidos e superpovoados, onde reina a instabilidade política. Inflamatórios e explosivos os seus povos caem em mãos irresponsáveis ou seguem líderes revolucionários.

A exacerbação demográfica é para eles uma fatalidade ou uma calamidade. Perseguição, expropriação e ditam na sua insegurança e estão

prontos a usar remédios drásticos ou soluções violentas.

Estão sepultados os governos que consideravam o crescimento da população como uma obra de presépio ou de fachada. Não há mais agora para os planos de famílias numerosas ou para as campanhas de propaganda demográfica. Não há mais governos que ignorem as tendências de uma excessiva população e não são poucos ou raros os que a controlam para assegurar o futuro econômico.

O primeiro país a reconhecer a seriedade do problema e a impossibilidade do desenvolvimento econômico a enfrentar essa rápida multiplicação foi a China comunista. A superpopulação não era um mito, nem um desvio de linha marxista, mas um problema de miséria que obstruía o desenvolvimento econômico. O último recenseamento estima uma população de 600 milhões, quase treze milhões por ano, uma terrível acumulação e multiplicação numa terra já excessivamente povoada e sem recursos de migração. A limitação de famílias, a permissão dos abortos, o encorajamento dos matrimônios depois dos 25 anos, e o controle dos nascimentos estão hoje nos usos oficiais e nos programas partidários mais por uma questão de risco do que de capricho. No Japão, com uma população que duplicou em 30 anos e mais de 600 habitantes por milha quadrada, o governo estabeleceu medidas anticoncepcionais como o aborto, a esterilização e os exames pré-nupciais. A taxa de nascimento caiu de 34 para 19 por mil e o excesso da população foi reduzido à metade.

A Índia está realizando uma política contra a rápida multiplicação das populações como prejudicial ao bem-estar social. Nos dois planos quinquenais foi adotado um programa de controle da natalidade adverso à pobreza generalizada e às famílias numerosas.

Os países com uma extrema pressão de população não podem adotar uma política de soléncia ou apatia. A União Soviética, nas Nações Unidas deixou aos demais países a liberdade de política populacional. Mas os Estados Unidos, premidos por uma forte oposição religiosa, estão impedindo os controles nacionais de população e a limitação de nascimentos contra a inflação demográfica nos países subdesenvolvidos.

Mas voltamos ao impacto das populações e às crises engendradas pela pobreza, ignorância e atraso econômico. Os Estados Unidos vêem no Oriente Médio apenas óleo e segurança. Não compreendem as azitações, guerras e revoluções que se aprofundam em antagonismos raciais ou cruzadas sentimentais. Mas essa região explosiva e evulente é caracterizada pela mais alta natalidade e pela mais expansiva e incessante elevação demográfica. No Egito a população cresceu 26% numa década, 10 milhões nos últimos trinta anos, 1200 pessoas em cada milha cultivada e tudo sem os benefícios de irrigação, produtividade agrícola ou industrialização. A solução de mais represas sobre o Nilo para ampliar as áreas cultivadas e ocupar as populações excedentes teve o financiamento renegado pelos Estados Unidos que só gastam tempo e dinheiro em ajuda militar. Os níveis de vida baixaram, mas a crise de Suez e o antagonismo de Israel inflamaram o ânimo nacionalista na mais sentimental das cruzadas.

O Egito é um filho do Nilo e a monocultura do algodão a sua única riqueza. É no delta verdejante que se abre em 150 km. da costa onde o povo grita a sua miséria. O algodão ocupa 85% das exportações e o deserto 95% do território. O seu povoamento é 540 habitantes por quilômetro quadrado conta 72 na França. A sua dependência de crescimento é dum ser humano por minuto. Mas de 400 mil bacias se abrem ao futuro cada ano e

pulação mundial, uma sociedade moderna ou u...nizada. A sociedade é apática e, portanto, arcaica e estática. Feudal em caráter, to...lência da natureza, superpovoada em condições, o trabalho e a produção sem outra unidade que não seja a organização social da família, sem capital de equipamento e em incipiente estágio de evolução, assim vivem essas comunidades isoladas em que 90% da população se empenha em agricultura e subsistência e onde a vida se realiza em trocas e não com o uso elementar da moeda. Em 1951 havia no mundo seis milhões de tratores. Os Estados Unidos e Canadá, com 2% da população agrária mundial, possuem mais de 4 milhões, isto é, 68%, enquanto o oriente, com metade da agricultura do mundo, possui apenas 0,4. A renda mundial, em 1948, era avaliada em 548 bilhões de dólares. Os Estados Unidos e Canadá recebiam 42% enquanto o resto da América, toda a Ásia e África não atingiam a 22%. A África singularmente ficava na casa de 2%. Os Estados Unidos, o Ocidente europeu, a Austrália e Nova Zelândia usufruem uma alta taxa de renda, uma distribuição equitativa de produção e manufatura, uma taxa de alfabetização acima de 95% e principalmente uma dieta alimentar que vai além de todos os padrões de caloria. A média de caloria é de 2.750 *per capita* e por dia. Esses países alcançaram mais de ... 3.000 calorias *per diem*. Comparemos para exemplificar às demais nações. Enquanto nos Estados Unidos havia 119 acres de terra cultivada por trator, a Nova Zelândia 72, nós temos como teste de mecanização agrícola o Brasil com quase 3.000 acres e a Índia com quase cinco mil. A média de renda capital é de mais de 600 dólares para os países mencionados contra 190 dólares no resto do mundo. A média de alfabetização, que sobe a 95% nesses países, desce a 51% em Portugal ou a 43% no Brasil. A média de caloria baixa a 2.000 no Japão e não sobe em nenhum país a mais de 2.300. Mas os povos remanescentes da Ásia, da África e do Pacífico e grande parte da América Latina, com 60% da população mundial, com mais de 80% empenhado por milênios em agricultura de subsistência, vivem em pequenas aldeias, no mais baixo nível de vida além de uma incrível densidade de população. No Egito 1.300 pessoas por milha quadrada, ou na Índia 400, ou nas Filipinas mais de mil por milha de terra cultivada. Povos antigamente coloniais como na Índia só 4% habitam cidades de mais de cem mil habitantes. Ainda aplicando a força mecânica nós vemos a Indonésia com 271 acres de terra arável por trator enquanto, a Índia sobe a mais de 20 mil. A renda *per capita* é de 25 dólares na Indonésia ou de 36 na Finlândia. Mas esses países instáveis, sem recursos, capitais, transportes, nutrição, habitação, ensino e trabalho organizado, são na verdade os pontos de perigo a "dinamite demográfica". Os mais prolíficos e os mais férteis no seu potencial crescimento de população. Não há uma população econômica nem se pode esperar que o crescimento seja exausto. A modernização da agricultura e o avanço em escala industrial não são os únicos fatores. Não há perspectivas para a colocação desse problema no plano internacional nem recursos avaliáveis ou trabalho abundante para supri-lo. Não há nos países subdesenvolvidos nenhum controle sobre a fertilidade humana ou a expansão acelerada de população. As religiões, particularmente o budismo, o islamismo e o cristianismo, defendem a política de natalidade e das famílias extensas e numerosas. Não tem a proficiência técnica, o ajustamento econômico e o bem-estar social que arram o padrão do desenvolvimento. subdesenvolvidos, insuficientemente

envolvidos, ou pobremente equipados, sem expansão, sem capacidade de produção e consumo, é nesses países constituindo 80% da população mundial onde a situação se deteriora na mais extrema pobreza ou servem de opróbrio e condescendência à opressão colonizadora. Não procuremos dogmatismos, impraticabilidades ou distorções. Há uma população que cresce sem os meios de existência ou além dos meios de existência. Há um abismo entre população e subsistência. Não repetamos o truismo de que a população cresce numa proporção geométrica e a subsistência numa proporção aritmética. Mas a diferença já é hoje impressionante e será incalculável dentro de cem anos. As coisas necessárias na existência humana — a subsistência indispensável, a necessidade alimentar — a habitação e o vestuário, estão sendo reduzidas, limitadas e confinadas. Não há lei fundamental de aplicação universal para apagar as diferenças entre população e subsistência, nem a ajuda da natureza para compensar, nem possibilidades de reação, nem meios de restrição e continência, nem objetos preventivos ou positivos para anular os efeitos desse dilema. É esse o problema chave, o complexo do processo, a causa de contradições e conflitos.

ra não tem alimento em quantidade, qualidade e variedade. Abaixo do normal e tolerável nível de subsistência o seu estado contínuo é de improdutividade, da ineficiência e de letargia. A fome é o fator crítico da insatisfação, da miséria e da inquietação. O eterno problema, a equação fatal é a luta entre quantidade de recursos e número de pessoas, ou entre a abundância e a fome, ou entre as inquietações sociais que geram os antagonismos, as guerras e as rebeliões. Num período de cinco anos a terminar em 1951, a produção de alimentos cresceu de 9% enquanto a população lá além de 12%. Ainda hoje 2/3 da população mundial trabalha para conduzir alimentos enquanto 2/3 das mesmas bocas não têm mesmo o elemento para comer.

O grosso da população mundial, No mundo só há cinco países capazes de produzir mais alimentos do que o povo necessita.

O movimento demográfico revela que riqueza e população são variáveis e discordantes e entre elas há rupturas e espasmos. Não existe nenhuma decalagem, como na Índia, entre população e recursos. O gigantismo demográfico saltou de 120 milhões em 50 anos, 52% da progressão, e apesar do afluxamento e insegurança nasce por dia uma cifra de 20.000 habitantes. A Índia contará no ano 2.000 mais de 700 milhões. É uma transição brusca — uma estrutura explosiva.

A política de inflação populacional criou no Japão um belicismo triunfante. Não podia exportar os excedentes humanos pelo cerco ou pressão das raças brancas. Mas era preciso exportar a qualquer preço ou abrir mercados numa política de guerra. A psicologia pacífica teve que ceder espaço aos impulsos belicosos de invasão e ocupação.

A China tem por ano mais de 12 milhões de bocas a nutrir. Na pirâmide das idades a nação milenar é hoje a mais jovem do mundo porquanto os habitantes abaixo de 18 anos constituem metade da população.

A verdade é que o Imperialismo adotou uma nova forma de competição biológica. Não quer somente dominar e explorar. Mas, principalmente, através de massacres, supressões e explorações, se substituir aos vencidos ou dominar os territórios vazios dos seus ocupantes. É a teoria da expansão territorial através da amputação dos países vi-

inhos. Cada nação se sente mais contrainda e ameaçada de cerco. Não se adapta às circunstâncias novas, não encontra uma resposta ao desafio, não descobre senão, no genocídio no massacre e a expansão as soluções relaxadoras do desenvolvimento entre a aceleração do potencial humano e um universo cada dia mais limitado e finito.

Não precisamos carregar nas estatísticas e nos gráficos. A raça humana está andando aos saltos. Não é um fruto de circunstâncias nem tem as características duma evolução uniforme. É um fenômeno novo que se traduz menos numa revolução demográfica do que numa mutação biológica. Obcecadas pelo medo, ou devorando os seus recursos em armamentos, contemplamos impotentes a nações generosas nos meios de destruição e que perecem por instinto porque ainda creem na expansão de população e aureola de progresso e continência da população e imobilização da história.

Numa base aproximada de trinta milhões de habitantes por ano, ou de setenta bilhões nos começos do próximo século, não há uma intensidade das terras cultivadas nem um adicional correspondente de terras virgens que possam prover a uma adequada dieta. A produção de alimentos deveria ser multiplicada de duas a quatro vezes. Não há recursos das águas nem confecção de alimentos artificiais porque tudo significa agricultura e, portanto, extraído do solo. Não podemos contar com as regiões polares, ou as montanhas extremas, ou os sondáveis desertos. Na área habitável ou disponível de terra, vive uma população com uma variedade de quase quinhentas pessoas por milha quadrada e, com a multiplicação humana, não restará dentro de pouco tempo mais do que um ou dois acres a cada ser humano. Mais de um terço da terra, pela sua topografia, latitude, altitude, esterilidade, regime irregular de chuvas, não é utilizável para a produção de alimentos. Só uma pequena proporção de superfície territorial é útil para plantação e colheita. As terras aráveis e que ainda podem ser cultivadas — como o do Amazonas a bacia do Congo Bacia ou as ilhas do Pacífico são frequentemente mencionadas como a possibilidade dum adicional de um bilhão de acre.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os tambores) — Permitto-me lembrar ao nobre orador que faltam dois minutos para término da hora do expediente.

O SR. JURACY MAGALHÃES — Sr. Presidente, solicito de V. Ex.^a que, ouvido o Plenário, seja concedido ao nobre Senador Lourival Fontes tempo necessário para que possa concluir a brilhante oração que com a sua inteligência, cultura e experiência de homem público brinda o Senado e a Nação.

O SR. PRESIDENTE — O Senado acorda de ouvir o requerimento do nobre Senador Juracy Magalhães sobre a prorrogação da hora do expediente.

Os Srs. Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa)

Está aprovado.

Continua com a palavra o nobre Senador Lourival Fontes.

O SR. LOURIVAL FONTES — Sr. Presidente, agradeço ao nobre Senador Juracy Magalhães as gentis palavras com que teve a iniciativa do requerimento e ao Senado livrá-lo de ferido.

(Lendo):

"Mas a tarefa exige uma drenagem intensiva e extensiva e, quando abertas as clareiras, verifica-se que são terras exaustas e oxidadas, sem recursos nutritivos ou orgânicos, onde apenas a queda das folhas

mantém o humus e a aparente fertilidade. A ciência e a tecnologia podem produzir milagres, realizar prodígios ou descobrir maravilhas no futuro. Podem fazer crescer dez ou vinte vezes a produção de alimento. Mas não podem fazer crescer indefinidamente. Não há fertilizantes, ou adubos, ou suplementos artificiais que revivam as terras pobres ou os solos inadequados. Não acreditamos na magia quando há variáveis e desconhecidos. O tempo, a terra e a técnica não admitem previsões e predições. Não esperamos uma margem de segurança no nivelamento da pobreza. É esse o problema complexo que estamos enfrentando e não há nenhum plano que defronte os seus lados e as suas faces. As estimativas não oferecem certeza nem os cálculos impõem confiança. É esse um problema de aspectos difíceis e de crucial urgência. Não acreditamos no gigantismo das populações e antes ficamos com as nossas trágicas preocupações. Existe o saldo de natalidade sobre o déficit de mortalidade, existe o número de recursos e meios de subsistência abaixo do denominador do número de pessoas, existe uma política étnica e religiosa para deixar crescer e multiplicar. É preciso que haja uma política para restabelecer o equilíbrio entre nascimentos e mortes ou uma organização internacional de controle anticonceptivo. Alguns já reconheceram a necessidade do controle das populações e estabeleceram objetivos de oposição a famílias numerosas. O exemplo típico é o Japão onde o declínio da natalidade caiu de 54 em 1947 para 20 em 1955. Uma política restritiva e uma população estacionária assegurarão a paz social e o gozo das amenidades da existência, das oportunidades materiais e do desenvolvimento intelectual. As torrentes de população não criam a grandeza nacional e o excesso de fertilidade é um fator de miséria e um passivo da pobreza. O vicioso círculo da pobreza alimentando mais pobreza é hoje um prelúdio de infiltração econômica e política. As retardadas e ambiciosas nações — da Ásia, África e América Latina — estão abaixo duma renda de 50 dólares anuais em comparação aos excessos de 1.500 dólares dos Estados Unidos, da Europa Ocidental ou da comunidade britânica, daí nasceram como instrumento de propaganda ou como estratégia generalizada, os planos e os projetos de ajuda estrangeira. O seu fim era conter o comunismo ou os agressivos movimentos totalitários na ingenua fé de que o dinheiro compra a segurança. Durante duas décadas os Estados Unidos emprestaram e doaram mais de 108 milhões de dólares. A guerra fria já custou ao tesouro americano mais de 61 bilhões de dólares. A dívida nacional excedeu de 19 bilhões em 1932 para mais de 300 bilhões no orçamento anual. As taxas federais, nos últimos sete anos, ultrapassaram os 138 anos de existência da República, lutando e ganhando as seis maiores guerras de expansão. Mas essas somas, ou 1% da renda nacional, não se distribuem em capitais, investimentos e serviços. Elas são gastas, em cada três semanas, para os fins de preparação militar. Mas a assistência que dão com uma das mãos é roubada pela outra com a queda de preços e a falta de exportação das fibras, dos metais e das matérias primas. Nessas erros e incoerências da política americana, e nessa ordem de estagnação, penúria e perplexidade dos países afro-asiáticos, a Rússia oferece a longo tempo uma "ajuda sem condições" numa expansão econômica e técnica em escala alarmante para dominar os riscos da nação ou de confusão. O poder militar criou a paralisia de imaginação e as torrentes de palavras se substituíram às cadeias de amizade. Os povos

emancipados num mundo livre não entregam a outros o poder de tráfico da sua economia nem encaram os perigos do futuro à mercê de pressão política.

Mas coloquemos o Brasil nesse quadro de dificuldades ou nesse êxtase de orgulho. Ainda existem correntes patrióticas, ou religiosamente passivas, ou de exacerbado nacionalismo, que identificam o volume da população com a força, a grandeza e a vitalidade da nação. É um juízo, etnocêntrico, esse de valor quantitativo e no seu prestígio de encenação e fachada misturaram-se as raças ou nacionalidade que confundem a contenção com o declínio.

Não abrimos as portas para povoar os nossos desertos a uma onda maciça de imigração e sempre nos opomos a outras pela sua incapacidade de adaptação e assimilação. Acreditamos na faculdade de criar e numa forte natalidade oriunda da fecundidade das brasileiras. A rapidez e aceleração da nossa população tem alguma coisa de exuberante e vertiginoso. Há cem anos tínhamos sete milhões e nos nossos dias a cifra de sessenta milhões. A aproximação das estatísticas prevê em 1980 uma população de cem milhões. A taxa de crescimento é de quase três por cento anuais. A taxa de natalidade é das mais altas — (44 por mil) — e a de mortalidade como em São Paulo é descendente — (12 por mil). No grupo das idades há 52% abaixo da idade adulta, jovens condenados a morrer jovens, onde não há possibilidade de aprendizagem de profissão ou trabalho especializado, ou de cultivarem a terra que não é para eles um objeto de amor, ou se deslocando na promessa de salários altos, ou ganhando a vida numa agricultura arcaica e retardatária. População economicamente inativa, população improdutiva, um peso morto, uma diferença numérica que custa 856 pessoas não produtivas em cada mil habitantes, uma riqueza sem mãos de obra, uma visível decadência em que os salários de fome, de risco ou de medo, estreitam os círculos do inferno. Num país de estrutura rural só 28.000 pessoas detêm as terras aráveis ou exploráveis. Não há uma classe média, ou uma classe autônoma de pequenos proprietários, mas um sentimento social de contraste e de distância. Entre os imigrantes que vão trabalhar nas plantações de São Paulo como colonos, 69% são pequenos e médios proprietários acucados pela miséria. A alimentação, inadequada e a habitação anti-higiénica consomem mais de 90% da renda nacional e atingem as classes pobres e menos favorecidas porque as riquezas se concentram num pequeno número de pessoas. Não temos justiça social que divida a riqueza ou alta taxa que redistribua a riqueza. Não temos reforma agrária que elimine os latifúndios, que faça senhores da terra os que nela trabalham e produzem, que partilhe os bens, os rendimentos e os frutos do esforço comum. Não podemos vencer os espaços geográficos nem sorrir na força e na alegria da maternidade enquanto durar a luta surda entre a opressão de riqueza e a insatisfação da pobreza.

Não queremos uma população torpida e inativa, nem o messianismo de gerações futuras, onde as carências alimentares e as fomes ocultas transformam os frutos do prazer em dias sem esperanças.

Não nos enganemos com os atractivos e as tentações da ilusão. Não nos enleiamos no absurdo otimismo de que os governos possuem os segredos da magia. Não nos alancemos nas marcas inaugurais, nas maravilhas arquitetônicas, nas edificações monumentais e tentaculares, nas delícias faraônicas, nos milagres pirotécnicos ou na encenação das fachadas.

Vivemos num país que se deixou vencer pela inflação que é a pior e a mais terrível das guerras.

O Sr. Mem de Sá — Muito bem.

O SR. LORIVAL FONTES — Vivemos numa época de moeda aviltada e desvalorizada que devora o suor, o labor e as lágrimas do povo. Não temos capacidade de exportação porque os nossos produtos são gravosos ou porque fechamos os nossos portos a mais de um bilhão de clientes. Não temos divisas para importar peças, máquinas e equipamentos nem crédito para receber capitais e investimentos. O nosso seguro social é o monopólio das organizações privilegiadas. A educação e a agricultura consomem menos de 5 % do orçamento em comparação aos institutos armados que adquiriram o primado mundial com uma percentagem de mais de 40% da receita nacional. Em 1900 a Inglaterra regulava os mares e se dilatava em cinco continentes com um gasto militar de 6 % do orçamento. Somos uma força muscular e não um poder mecânico. As nossas florestas são devastadas e dizimadas para que nos roubem a fertilidade do solo. Os nossos partidos se transformaram em agências de empregos. Temos crise, recessão e depressão. No povo, sem vitalidade, uma terra sem recurso, uma política sem ideais, um futuro sem promessas, uma gente que se amolece na resignação para não se abrir em revoltas. Não temos economia coordenada, ou um dirigismo estatal, ou uma tentativa de recuperação, ou um plano de conjunto, ou qualquer coisa que olhe de face os fatos e os perigos. Não esperemos finalmente o sópro da sabedoria ou a porta da esperança.

No cenário mundial o futuro das nações subdesenvolvidas, e não dizemos subdesenvolvidas em um senso pejorativo, de condescendência ou piedade, estão marcando o próprio destino humano. Não querem relações desiguais, nem o retorno da antiga dominação, mas impõem o risco dos demais povos com o peso da sua expansão humana, da sua máxima demográfica e das suas riquezas valorizadas. É esse o terceiro mundo, o mundo adjacente, entre os dois blocos e os dois pólos. Eles querem uma economia de serviço e não de ganhos e dividendos. O seu neutralismo positivo e dinâmico impõe o alheamento das lutas, das rivalidades e das competições. Querem viver e conviver num mundo de coexistência pacífica. Não pretendem as generosidades incondicionais como armas novas, mas como uma intervenção contra a miséria, a pobreza e a necessidade. Não se equivocam de que é mais fácil multiplicar o número de pessoas do que o volume dos bens ou menos males do que a produção dos assegurar a reprodução dos seres humanos de existência. Não têm capacidade de poupança, e, portanto, de investimento, numa sociedade em que a renda anual é inferior a 100 dólares. Não se apazigua o descontentamento dos povos, nem se suprimem as suas impaciências e revoltas, concedendo aos 800 milhões de habitantes da Ásia, sudeste asiático, Médio Oriente, África e América Latina uma ajuda desprezível e infinitesimal destinada quase toda a fins militares quando o aumento de 2% da renda anual exigia uma doação de mais de 14 bilhões de dólares. Não estamos diante duma revolução proletária ou duma luta de classe, como fizeram crer os erros e os equívocos do marxismo, mas em frente duma revolução agrária e camponesa em que a implantação de novas indústrias, nova técnica, novos investimentos, nova acumulação de capitais há de nascer da fertilidade do solo e da produtividade das minas. Nós só poderemos abrir as portas à paz e à cooperação esquecendo os programas de desarmamento e os pactos de interesse ou de influência para voltar as vistas ao desenvolvimento mundial. Não queremos derrotar ideais ou estilos de vida. Queremos derrotar a

fome, a pobreza, a miséria, a necessidade e o medo. A fome é a condição e a sorte da maioria dos povos do mundo. Se não vencermos a fome no sentido literal, físico e limitado, teremos sucumbido no destino das civilizações que desapareceram, dos ideais que se omolaram ou dos povos que carregam a maldição dos proscritos.

Essa é a situação que se deteriora em dificuldades embora não se corrompa em impossibilidades. Se não queremos chegar ao impasse e ao desastre precisamos apelar para o esforço internacional ou convocar a ação nacional para que nos preserve o modo de vida e a razão de segurança. Não encaremos o destino com a opinião descuidada e o pensamento desinteressado. Devemos vê-lo como o nosso futuro nessa competição mortal. (Muito bem. Muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

Durante o discurso do Sr. Lourival Fontes, o Sr. Apolônio Salles deixa a cadeira da presidência, assumindo-a o Sr. Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento, que vai ser lido.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n. 103, de 1958

Nos termos do art. 95 do Regimento Interno, requeremos que a hora do expediente da sessão de amanhã, 18 de abril, seja consagrada à comemoração do aniversário natalício do saudoso Presidente Getúlio Vargas.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1958. — Lima Teixeira. — Cunha Mello. — Juracy Magalhães. — Argenito Figueiredo. — Gaspar Velloso. — Leonidas Mello. — Lino de Mattos. — Waldemar Santos. — Públio de Mello. — Carlos Lindenberg. — Prisco dos Santos. — Sylvio Curvo. — Mathias Olympio. — Vitaldo Lima. — Neves da Rocha. — Gomes de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE:

Vai ser lido outro requerimento.

É lido e apoiado o seguinte:

Requerimento n. 104, de 1958

Nos termos do art. 91, § 4º, do Regimento Interno, requero passe à Comissão que se seguir no despacho inicial da distribuição o Projeto de Resolução n.º 2, de 1955, que reforma o Regimento Interno do Senado e cujo prazo na Comissão de Constituição e Justiça já se acha esgotado.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1958. — Cunha Mello.

O SR. PRESIDENTE:

O requerimento será apreciado no final da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Lino de Mattos, para explicação pessoal.

O SR. LINO DE MATTOS:

(Para explicação pessoal) — (Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, a mim me constrange ocupar a tribuna do Senado para casos pessoais, momento nos de economia interna da agremiação partidária a que pertencço. Faço-o coagido pela premência do tempo, que não me permite estabelecer contato com todos os meus correligionários, membros de Diretórios Municipais do Interior de São Paulo e da própria Capital. A minha palavra chegará, portanto, a esses correligionários e amigos por intermédio do noticiário da imprensa e do rádio, para lhes dizer que não autorizei a quem quer que seja visitar os Diretórios Municipais, pedindo procuração em meu nome para representá-los nas Convenções do P.S.P., principalmente na convenção para eleição dos nossos candidatos aos cargos de Vice-Governador e de Senador.

Esta manifestação me pareceu necessária em virtude das consultas que me fazem vários Diretórios Municipais, os quais me informam que emissários os estão procurando a fim de pedir-lhes as assinaturas em procurações já preparadas, muitas delas com espaço em branco, para posterior preenchimento com o nome do mandatário.

Interpelados sobre essas procurações estranhas e irregulares, os referidos emissários, no caso em que constatarem simpatias pelo meu nome, dizem, então, que esse trabalho é para o Senador Lino de Mattos. Trata-se de audaciosa mistificação.

Repito que a ninguém atribui tal incumbência.

Formulo, portanto, da Tribuna do Senado, veemente apelo aos Diretórios Municipais do P.S.P. do Interior e da Capital de São Paulo para se negarem a assinar qualquer espécie de procuração ou documento solicitados em meu nome e que possa ser admitido como instrumento de outorga de poderes para decisão no plenário das próximas convenções partidárias.

É Sr. Presidente, do teor seguinte o extravagante modelo de procuração, com o título de credencial, que está sendo apresentado aos meus correligionários e aos amigos do Partido Social Progressista:

"Credencial

Por este instrumento de procuração por mim abaixo assinado, nomeio o Senhor (nome do convencional que tenha direito a voto) meu bastante procurador para o fim especial de representar o Diretório Municipal de (nome da cidade) nas convenções do Partido Social Progressista que se realizarem no ano de 1958, podendo votar e praticar todos os atos de convencionais. A presente procuração passa a ser única e o bastante, ficando revogadas quaisquer outras procurações anteriores ou posteriores a esta.

Pelo Diretório (nome do Diretório) (assinatura)"

(Conclui o Sr. Lino de Mattos)

Alerto, portanto, os Diretórios Municipais do Partido Social Progressista, sobre essa coisa esquisita, com a minha declaração formal e categórica de que absolutamente não encartei ninguém de, em meu nome, tomar semelhante e estrófila providência.

Quero ainda, Sr. Presidente, nestes dez minutos de explicação pessoal, encaminhar à Mesa requerimento de informação dirigido ao Sr. Ministro da Guerra, nos seguintes termos:

Requerimento n. 105, de 1958

Requero à Mesa nos termos do Regimento, solicite do Exm.º Sr. Ministro da Guerra, as seguintes informações:

1.º Se o Ministério da Guerra, já adotou providências para o cumprimento do disposto na Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957;

2.º Em caso afirmativo, qual o critério adotado para enquadramento dos servidores beneficiados pelo citado diploma legal;

3.º Se é deferido ao tesoureiro-auxiliar, civil, o exercício, mesmo em substituição, dos cargos em comissão de que trata o art. 7.º da Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948;

4.º Em caso afirmativo, com base em que preceito de lei federal se arrima a administração para chegar a esse entendimento.

Justificação

I — A Lei n.º 403, de 24 de setembro de 1948, reestruturou os cargos de Tesoureiro e Adjuntos de Tesoureiros do Serviço Público Federal, preservando a classificação das funções, nas formas das respectivas movimentações de valores, (art. 1.º).

II — Posteriormente, surgiu a Lei n.º 3.205, de 15 de julho de 1957, alterando o disposto na lei anterior e determinando novo critério de classificação para as referidas funções. (art. 1.º)

III — Por esse efeito, impunha-se também, a revisão do enquadramento dos servidores nelas lotados, em consequência da própria classificação, como bem fixou o recente estatuto legal. (art. 1.º).

IV — Ocorre, todavia, que embora preservava a Lei n.º 3.205/57, que essa classificação se fará quinzenalmente, atendendo ao aumento da movimentação de valores (art. 2.º), a classificação imediata decorrente do próprio espírito da lei, não tem sido efetuada, por razões que desconhecemos o que produzem, como é óbvio, constante intranquilidade entre aqueles que por ela seriam beneficiados.

V — Já o Ministério da Viação e Obras Públicas, dando interpretação ao disposto na Lei n.º 3.205/57, baixou Portaria, onde se manda proceder valores verificadas no ano de 1956, para o enquadramento respectivo. (Portaria n.º 2, de dezembro de 1957 D.O. de 4/12/57 (pág. 27.161)).

VI — Por outro lado, constantes têm sido os reclamos que temos recebido dos interessados, apelando por uma solução pronta e justa para o caso em foco.

VII — Certamente, as dificuldades para esse enquadramento, mais se evidenciam nos ministérios militares, cuja organização, por suas peculiaridades, cria um constante estado de conflito na aplicação das leis específicas entre militares e os diplomatas legais concernentes ao funcionalismo civil.

VIII — Cremos, assim, estar justificado o presente requerimento de informações.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Defiro o requerimento do nobre Senador, lido por S. Ex.ª da tribuna.

O SR. ATTILIO VIVACQUA:

Sr. Presidente, peço a palavra para explicação pessoal.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador.

O SR. ATTILIO VIVACQUA:

(Para explicação pessoal) — Senhor Presidente, o Estado do Espírito Santo comemora, este ano, o quarto centenário da data da chegada à Capitania, de Vasco Fernandes Coutinho, de Frei Pedro Palácios, cognominado o São Francisco de Assis do Brasil, Religioso — leigo do Reino de Leão, "acariciando, como disse seu biógrafo Frei Basílio Rower, o desejo de, longe do convívio humano, viver uma vida toda solitária, em oração e penitência", e impellido por sua vocação apostólica, deixou o seu convento de Portugal, em busca do Brasil, onde desembarcou em 1558, na Vila do Espírito Santo. Ali construiu a capelinha destinada a abrigar a imagem de Nossa Senhora e o Menino, transformada no atual Santuário, na qual se iniciou o culto da devoção da padroeira do Espírito Santo, Nossa Senhora da Penha.

Esse fervoroso culto é a expressão da fé que animou os povoadores e os pioneiros da Capitania de Vasco Fernandes Coutinho e que, como chama imortal, arde em seus corações.

A história da colonização do Espírito Santo confunde-se com a evangelização, que encetada pelo Padre Afonso Braz, Frei Pedro Palácios e outros abnegados catequistas, culminou com a obra de Anchieta, o Tau-maturgo do Novo Mundo.

Assimilando a celebração desse glorioso centenário e atendendo a uma antiga aspiração dos católicos espíritenses, Sua Santidade Pio XII acaba de criar os Bispos de Camagoeiro de Ib. e de Vitória a Arcebispo de

Erigindo o Espírito Santo em nova Província Eclesiástica, dirigidas. Senhor Presidente, por esse motivo, nós da bancada espírito-santense desta Casa, nessas congratulações ao amado e insigne Arcebispo D. João Batista, sucessor de uma excelssã pleiade de Príncipes da Igreja; D. João Nery, D. Fernando, D. Benedito de Souza, D. Luis Scortegane, D. José Joaquim. As bancadas do Espírito Santo na Câmara e no Senado expressaram o júbilo e o reconhecimento de nosso Estado ao Sumo Pontífice, na pessoa de Sua Eminência o Nuncio Apostólico, que sempre acolheu com especial solicitude, esse anelo da comunidade católica do Espírito Santo e nessa oportunidade manifestou sua afeição e admiração por nossa terra e sua laboriosa gente.

Associamo-nos, desta tribuna, às alegrias congratulatórias com que o povo espírito-santense festeja e exalta esse magno acontecimento da vida da Igreja, tão grato e dignificante para o Estado do Espírito Santo. (Muito bem, Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 101, de 1953, que dispõe sobre a duração e condições de trabalho da categoria profissional dos aeronautas, tendo pareceres, sob ns. 40, 41 e 42, de 1958, das Comissões: de Constituição e Justiça, favorável; de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, favorável, com as emendas que oferece, de ns. 1 a 10-C; e de Legislação Social, contrário (com voto em separado do Sr. Senador Othon Mader).

O SR. PRESIDENTE:

A Mesa verifica que os avulsos dos pareceres sobre o projeto anunciado estão incompletos, néles não figurando o texto das emendas oferecidas pela Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas. Retiro a matéria da Ordem do Dia, para complementação dos avulsos.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 298, de 1958, que dá nova denominação à profissão de guarda-livros, tendo parecer favorável, sob n.º 60, de 1958, da Comissão de Educação e Cultura.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada. Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à sanção:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 298, DE 1958

(N.º 4.255-B, de 1954, na Câmara dos Deputados)

Dá nova denominação à profissão de guarda-livros.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Os profissionais habilitados como guarda-livros, de acordo com os Decretos ns. 20.158, de 30 de junho de 1931, e 21.033, de 8 de fevereiro de 1933, bem como os técnicos em Contabilidade, diplomados em conformidade com o disposto no Decreto-lei número 6.141, de 28 de dezembro de 1943, modificado pelo Decreto-lei número 8.191, de 20 de novembro de 1945, passam a integrar a categoria profissional de técnico em Contabilidade, com as atribuições e prerrogativas atualmente conferidas aos guarda-livros.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Discussão única do Projeto de Lei da Câmara n.º 6, de 1953, que altera a carreira de Oficial Administrativo do Quadro Suplementar do Ministério da Guerra, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 64 a 67, de 1958, das Comissões: de Constituição e Justiça; de Segurança Nacional; de Serviço Público Civil; e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa, requerimento que valser lido.

É lido e aprovado o seguinte

Requerimento n.º 106, de 1958

Nos termos dos arts. 126, letra f, e 155 letra b, do Regimento Interno, requero adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 6, de 1958, a fim de ser feita na sessão de 22 do corrente.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1958. — João Villasboas.

O SR. PRESIDENTE:

Em face da deliberação do Senado, retiro o projeto da Ordem do Dia. Será incluído na pauta da quarta sessão após a presente.

Discussão única do Projeto de Resolução n.º 32, de 1957, apresentado pela Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Arnaldo Batista de Paulo, Porteiro do Senado Federal, tendo pareceres favoráveis, sob ns. 74 e 75, de 1958, das Comissões: de Constituição e Justiça; e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

Em discussão. Não havendo quem peça a palavra encerrarei a discussão. (Pausa)

Está encerrada.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado.

É o seguinte o projeto aprovado, que vai à Comissão Diretora, para redação final:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 32, DE 1957

Concede aposentadoria a Arnaldo Batista de Paulo, Porteiro do Senado Federal.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. É concedida aposentadoria a Arnaldo Batista de Paulo, Porteiro, classe "N", no cargo de Chefe da Portaria, padrão PL-7, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, nos termos do artigo 191, § 1.º, da Constituição Federal, combinado com o art. 184, item I, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União), incorporando-se aos respectivos proventos da inatividade a gratificação adicional correspondente.

O SR. PRESIDENTE:

Está esgotada a matéria da Ordem do Dia.

Em votação o requerimento n.º 104, do Sr. Senador Cunha Mello, lido na hora do expediente.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram permanecer sentados. (Pausa)

Está aprovado. O projeto de que trata o requerimento será enviado à Comissão que especifica.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Gomes de Oliveira.

O SR. GOMES DE OLIVEIRA:

(Não foi revisto pelo orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, estava eu inscrito para falar nesta sessão mas circunstâncias de momento fizeram-me ausentar do Plenário, impedindo-me de ocupar a tribuna, na ocasião oportuna. Não quero, entretanto, deixar de trazer aos nobres colegas as impressões colhidas no contato que tivemos com o Sr. Ministro das Relações Exteriores, quando se tratou dos convênios assinados entre o Brasil e a Bolívia, reguladores de vários assuntos de interesse comum.

S. Ex.ª, o Sr. Embaixador Macedo Soares, honra por bem convocar a Comissão de Relações Exteriores desta Casa, a fim de inteirar-la e através dela, o Senado, das demarches por S. Ex.ª promovidas no sentido de acertar as condições dos Tratados, suscritos pelas duas partes — Brasil e Bolívia. Tiveram eles origem, sobretudo, naquelas questões atinentes ao petróleo, pois que o Brasil já estabeleceu entendimentos com o País vizinho para exploração das jazidas petrolíferas bolivianas, fronteira da zona.

O primeiro Tratado, assinado em 1937, ficou como que esquecido; não teve a execução que seria de desejar. Só em 1954 foram retomados os contatos, mas infelizmente para desazer o anteriormente acertado, que parecia pacífico entre o Brasil e a Bolívia.

O Itamarati porém, depois do período do Café Filho, pôde retomar as negociações, e com o Embaixador Macedo Soares à frente da nossa Delegação — depois dos contatos promovidos diretamente pelo Ministro Teixeira Soares que para aquele País vizinho havia sido destacado, pudemos vê-las concluídas para o maior êxito não apenas da nossa diplomacia mas de toda a sul-americana. Os entendimentos cumularam com o acerto geral de interesses entre os dois países, em termos que só honram nossos diplomatas, pelo tato, inteligência e espírito americanista que demonstraram.

Foi o ilustre Embaixador Macedo Soares o autor do art. 8.º do acordo de paz firmado entre a Bolívia e o Paraguai, chamado o Tratado do Chaco, o qual estabelecia a assistência dos países mediadores e sua cooperação, no sentido do restabelecimento das relações econômicas entre as Nações desavindas naquela contenda de efeitos tão danosos para a boa harmonia do Continente.

Com a prerrogativa da autoria dessa cláusula — e o Brasil foi dos primeiros a pô-la em execução, levando à Bolívia sua assistência — pôde o Embaixador Macedo Soares encontrar, no país vizinho e amigo, a receptividade indispensável ao bom entendimento e à conclusão dos acordos previstos.

Teve o nosso Chanceler ocasião de expor à Comissão de Relações Exteriores do Senado as dificuldades encontradas, naturais, embora em assuntos dessa importância quando os melindres nacionais são explorados, aqui e ali, por elementos nem sempre interessados no bom entendimento entre os homens e as nações; entretanto, S. Ex.ª, com tato e com a confiança que inspirava aos nossos amigos bolivianos pôde desfazer as dificuldades e contra tempos que se ofereciam e levar a bom termo sua missão.

Sr. Presidente, os Tratados de Comércio assinados determinam situação, não digo privilegiada, mas vantajosa para o nosso País sem que importe em prejuízo para a nação vizinha.

As condições estabelecidas para a exploração do petróleo boliviano por parte do Brasil permitem realmente entendimento fácil e conveniente aos dois Países.

Desejo, por isso, expressar em nome da Comissão de Relações Exteriores a boa impressão que nos causou a Exposição do Sr. Ministro Macedo Soares, não apenas pelo que resulta de vantagens materiais para ambas as Nações mas, sobretudo, pelo que se colheira dessa política de bom entendimento pan-americana; e tanto é acertada essa política que o Brasil tem procurado estabelecer, principalmente com seus vizinhos, que o Presidente do Paraguai, Sr. Stroessner não hesitou, quando de sua visita à Bolívia proclamar a elevação, o alto espírito americanista do nosso País no encaminhamento da questão petrolífera com a Bolívia. Sensível à maneira altamente cordial de bom vizinho com que agiu o Brasil, expressou Sua Excelência de modo realmente grato ao nosso coração de brasileiro, sua impressão favorável à conduta do nosso País.

Bastaria essa manifestação de um Chefe de Estado vizinho para que a conduta do Brasil tranquilizasse seu povo quanto à sua política, à elevação e à inteligência da sua diplomacia, para que possa gozar com todos os países sul-americanos daquela estima e daquele respeito que são hoje padrão da política sul-americana. (Muito bem; muito bem, Palmas).

O SR. PRESIDENTE:

Lembro aos Srs. Senadores que hoje à noite, às vinte e uma horas, reunir-se-á o Congresso para apreciação de Veto Presidencial.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão. Desiguo para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

TRABALHO DAS COMISSÕES

— Está encerrada a sessão. (Levanta-se a sessão às 16.10 minutos).

Gabinete do Sr. 1.º Secretário

PORTARIA N.º 13, DE 17 DE ABRIL DE 1958

O 1.º Secretário, nos termos do artigo 2.º da Resolução n.º 3, de 1958 e de acordo com a indicação feita pelo 2.º Secretário, designa para Auxiliar de Gabinete da Sua Excelência, Rosa Batista Miranda, Oficial Legislativo, classe "M".

Secretaria do Senado Federal, em 17 de abril de 1958. Senador Cunha Mello, 1.º Secretário.

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA N.º 14, DE 17 DE ABRIL DE 1958

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir Zuleika de Castro Monteiro, Auxiliar Legislativo, classe "J", da Diretoria das Comissões para a da Biblioteca.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de abril de 1958. Luiz Nabuco — Diretor Geral.

PORTARIA N.º 15, DE 17 DE ABRIL DE 1958

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir Ruth de Souza Castro, Auxiliar Legislativo, classe "J", da Diretoria das Comissões para a de Publicações.

Secretaria do Senado Federal, em 17 de abril de 1958. Luiz Nabuco — Diretor Geral.

ATO DO DIRETOR GERAL

O Sr. Diretor Geral, por despacho de 14 do corrente, deferiu o requerimento n.º 39, de 1958, em que Célia Tereza Assumpção, Oficial Legislativo, classe "L", solicita consideração de licença para tratamento de saúde o período de 7 a 11 deste.

Secretaria do Senado Federal, em 14 de abril de 1958. — Nilton Borges Sed, Diretora do Pessoal.